

**O crescimento da História e as características da produtividade no Brasil
(1985-2009).**

RENATA REGINA GOUVÊA BARBATHO*

Num cenário social de valorização do conhecimento científico, em conjunto com as necessidades de investimentos financeiros, para o seu desenvolvimento, e fomentos estatais as pesquisas, hoje as pesquisas científicas se dão no âmbito das intenções estratégicas governamentais. É por isso, que além das pesquisas científicas de cada área, hoje é necessário desenvolver também projetos voltados à própria ciência, com investigações voltadas aos próprios produtores do conhecimento, os cientistas, no quadro das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação, no qual os órgãos de fomento desempenham um papel de destaque.

Neste cenário, estudos de Comunicação Científica são fundamentais, como base para a compreensão dos processos de comunicação entre cientistas nas suas atividades de pesquisa.

Na Ciência da Informação, autores clássicos como Price (1976), Meadows (1999) e Ziman (1979) têm propiciado os fundamentos teóricos nesse campo. Como afirmou Meadows (1999), a comunicação científica é inerente à produção de conhecimento e pode ser concretizada de diferentes formas e intensidade, de acordo com a natureza de cada área, daí a importância da identificação dos distintos padrões de geração e de comunicação existentes.

Entre esses autores, Price (1976) desenvolveu estudos sobre comunicação e produtividade científica, crescimento da ciência, características da produção, tais como autorias únicas e coletivas, procedimentos do colégio invisível, entre outras questões que constituem a base da Comunicação Científica.

Como Meadows já na década de 1970 apontou, não é possível que todas as ciências apresentem os mesmos padrões de comunicação científica e, conseqüentemente, as mesmas formas de produção do conhecimento.

* Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

No contexto social atual, a valorização do conhecimento científico e o seu uso como recurso estratégico de Estado para desenvolvimento econômico e social fizeram da ciência um novo segmento social, com relações internas e externas de hierarquia e poder, já que envolve questões de disputas e de investimentos constantes (BOURDIEU, 1983). Em função do próprio desenvolvimento histórico das ciências, foi possível observar as relações hierárquicas não só entre os cientistas das diversas áreas, como entre as próprias ciências, em que padrões de comportamento são impostos como ideais e não idéias. A Física detém, hoje, o *statu quo* de padrão ideal de comportamento (MUELLER, 2005). No entanto, cada área tem em si um sentido e se comporta atendendo a este sentido, portanto, tentar padronizá-las significa correr o risco de mudar suas essências.

Assim, é fundamental estudar os canais de comunicação de cientistas, a fim de contribuir para o melhor entendimento das características da História, e proporcionar meios para o seu desenvolvimento, percebendo suas tendências e demandas. Os resultados trarão maior conhecimento acerca dos padrões de produção nessa área, sua concentração geográfica e possibilitar que os órgãos de fomento desenvolvam formas de avaliação e políticas de promoção de pesquisas adequadas às áreas de Ciências Humanas, especialmente a História.

No âmbito da Comunicação Científica, as pesquisas sobre produção científica cada vez mais assumem o centro das discussões, tendo como método a Bibliometria, definida como “todos os estudos que buscam quantificar os processos de comunicação escrita” ou a “aplicação de métodos matemáticos para livros e outros meios de comunicação” (PRITCHARD, 1969)

No campo da História, área na qual já existem algumas publicações acerca da produtividade científica, inclusive no Brasil, particularmente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (IBICT-UFRJ), no qual análises bibliométricas vêm sendo desenvolvidas desde a década de 1970.

Embora as pesquisas de Comunicação Científica privilegiem, em geral, uma determinada área, há algumas mais amplas, como da professora adjunta de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UNB), Suzana Mueller. Meller (2005) buscou identificar os canais preferenciais das diversas áreas do saber, a partir do currículo

Lattes dos bolsistas do Programa Pós-Doutoral no Exterior, da CAPES, para avaliar se havia alguma proximidade ou disparidade entre as mesmas.

A autora justificou sua pesquisa afirmando ser necessário estabelecer padrões de produção e produtividade de pesquisadores, para que os mesmos sejam utilizados na formulação de critérios de avaliações às deferentes ciências, pois, segundo Mueller (2005), é possível criar um critério adequado quando se reconhece sua forma de comportamento.

Em relação à avaliação da produtividade, para Mueller (2005 s/p.), existem os defensores de um padrão único para todas as áreas, reconhecendo como o “padrão ideal” de produção o estabelecido na Física, em que o pesquisador deve ter como meta publicar em periódicos internacionais e em inglês, ou em idiomas de ampla aceitação. Por outro lado, existem aqueles que “advogam adequações às especificidades de cada área”, principalmente os integrantes das Ciências Sociais e das Humanidades, pois argumentam que formas diferentes de produção do conhecimento demandam formas diferentes de comunicação, logo, também de avaliação.

Para trazer o debate acerca da questão do comportamento, Mueller (2005) lembra que Meadows (1999) já havia indicado ser a tarefa de comparar determinados comportamentos, descabida, pois cada grupo agrega valores próprios na produção, de acordo com suas necessidades - cada área adota suas próprias formas de pesquisar e de se comunicar.

No entanto, se por um lado, as comparações são descabidas, por outro, proporcionam algum tipo de parâmetro, mesmo que seja para posteriormente concluir que não existia similaridade. Pinheiro (1997), em sua tese, sobre aspectos epistemológicos da Ciência da Informação, no qual disserta sobre os conceitos, métodos e princípios, leis e teorias da área, retoma a discussão da reformulação da Lei de Bradford, proposta pela mesma autora no ano de 1982, no qual se questiona, se seria possível ser aplicada a lei fora da área de Geofísica Aplicada e Lubrificação, na qual foi gerada originalmente, por saber que “as ciências têm suas similaridades mas diferem, substancialmente, na sua natureza, processos, teorias e metodologias.” (PINHEIRO, 1997. p. 1.)

Os questionamentos da autora perpassaram tanto por aspectos gerados internamente nas comunidades científicas, quanto pela própria interação dinâmica e constante do homem com o seu meio, seja o científico, seja o social e político:

[...] como tratar uma ciência social cujo objeto, informação, é produzido pelo homem e também por ele absorvido, num ciclo autofágico, dinâmico e singular? Se este homem faz parte de comunidades científicas com padrões específicos de comunicação e busca de informação e cânones próprios na estrutura da literatura, decorrência natural da essência e "etnografia" de cada campo do conhecimento? Ou se o indivíduo, parte integrante de uma determinada cultura e circunstâncias educacionais, sociais, políticas e históricas bem definidas reage aos estímulos de informação de acordo com esses fatores determinantes? (PINHEIRO, 1997. p. 1.)

Os dados obtidos pela pesquisa desenvolvida por Mueller (2005) corroboram a visão defendida por Meadows (1998) e de Pinheiro (1997), pois as oito grandes áreas classificadas pelo CAPES apresentam comportamentos internos típicos, contendo algumas proximidades. As áreas cadastradas pela CAPES são: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharia, Ciência da Saúde, Ciência Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Linguísticas, Letras, podendo-se fazer um reagrupamento, transformando-as em três grupos: “Ciências Normais ou Experimentais”, “Tecnologias e as Ciências Aplicadas”, e “Ciências Sociais e Humanas”. (MUELLER, 2006. s/p.)

Os resultados apresentam distinções: as ciências normais ou experimentais, apesar das diferenças entre elas, geralmente são conduzidas por equipes, apoiadas em paradigmas aceitos universalmente e produzem artigos não muito longos, publicando prioritariamente em periódicos de circulação internacional e em língua inglês, já nas áreas de tecnologias e de Ciências Aplicadas, percebe-se o freqüente uso de relatórios e congressos, chegando ao “mesmo prestígio que artigos científicos ou capítulos de livros em outras áreas”; e, por fim, a área de Humanidades, com um comportamento bem peculiar, pois “parecem produzir textos mais longos e não necessariamente publicados como artigos, mas também são importantes os capítulos de livros e livros, freqüentemente assinados por apenas um pesquisador”. Além disso, suas bases teóricas e metodológicas não seguem um padrão único, podendo haver a coexistência de correntes de pensamento divergentes e do uso de métodos quantitativos e qualitativos “em suas várias versões e uso de diversas combinações”. (MUELLER, 2005. s/p.)

Quadro 1: Total de documentos por tipo e grande área do saber, de bolsistas de pós-doutorado no Exterior em 2003. (1995 – 2002).

Grande Área	Periódicos Estrangeiros	Periódicos Nacionais	Anais de Congresso Estrangeiro	Anais de Congresso Nacional	Livros	Capítulo de Livros
Ciências Exatas e da Terra	516	282	133	238	13	20
Ciências Biológicas	152	71	28	31	2	22
Engenharia	109	111	409	589	12	45
Ciências da Saúde	198	199	14	71	20	92
Ciências Agrárias	49	330	33	190	27	48
Ciências Sociais Aplicadas	46	104	21	46	36	76
Ciências Humanas	114	479*	69	232	201*	282*
Linguística, Letras e Artes	49	185	32	30	52	101

Fonte: Mueller (2005. s/p.) * Grifo nosso.

O quadro explicita a disparidade entre os números absolutos de publicações entre as áreas, sendo notável o elevado número de periódicos nacionais, livros e capítulos de livros apresentados pelas Ciências Humanas. Nesta área, a publicação de livros é quase quatro vezes maior que a segunda que mais publicou este tipo de comunicação, no caso a Linguística, Letras e Artes, campo mais próximo das Humanidades, como explicou Mueller (2005):

Pesquisadores das áreas de Ciências Humanas e de Linguística, Letras e Artes apresentam preferências semelhantes: o canal mais freqüente são os periódicos nacionais seguidos dos capítulos de livros. Mas diferem um pouco a partir daí: as preferências dos pesquisadores das Ciências Humanas são, pela ordem, congressos nacionais, livros e periódicos estrangeiros, enquanto Linguística, Letras e Artes deram preferências aos livros seguido de periódicos estrangeiros e depois congresso nacional. Pesquisadores das duas publicaram apenas marginalmente em anais de congressos estrangeiros. (MUELLER, 2005. s/p)

O comportamento diferenciado das Ciências Humanas demanda a existência de pesquisas voltadas à área, para que seja possível conhecer os seus padrões de comunicação e as suas necessidades.

No campo das Ciências Humanas, hoje (2010), segundo a classificação do CNPq, 10 cursos são vinculados à área: Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Educação, Filosofia, Geografia, História, Psicologia, Sociologia e Teologia, áreas tradicionais da produção do conhecimento.

Na História, duas pesquisas bibliométricas voltaram-se à área no Brasil e se propuseram a estudar a produção científica dos historiadores, sendo a primeira da década de 1980, desenvolvida por Helena Ferrez e a segunda da década de 1990, por Irene Brasil, em que ambas constataram o não enquadramento da área entre as ciências.

A pesquisa de Helena Ferrez (1981. p. 23.), objetivou “estudar a literatura contemporânea de História do Brasil e detectar padrões de comportamentos, especificamente no que se refere às citações e citados”. Sobre a literatura citante, relativa às citações, a autora almejou conhecer o perfil da comunidade a qual pertencem os historiadores, verificar a função do periódico na área de História, e identificar possíveis tendências temáticas na historiografia. Já em relação à literatura citada buscou estabelecer padrões relacionados à existência ou não de um equilíbrio no uso de documentos primários, as formas físicas da literatura, o local de publicação ou de localização dos documentos e a distribuição dos títulos citados.

Esta pesquisa na área de História foi desenvolvida em sua dissertação, na qual detectou que existia um número grande estudos bibliométricos voltados às áreas concentradas nas Ciências Naturais, mas não nas Ciências Humanas, sendo encontrado na História, até então, apenas duas pesquisas deste caráter, referentes à análise de citação (FERREZ, 1981. p. 23). O primeiro é uma tese de doutorado defendida na Universidade de Chicago, de 1951, de McAnally em que:

Analisa as características dos materiais usados na pesquisa de História dos Estados Unidos, através das referências encontradas em livros publicados naquele país nos anos de 1903 e 1938, e em periódicos no ano de 1948. [...] a literatura citada é vista principalmente quanto a forma, local de publicação, área de assunto, média de tempo entre as datas de publicação do material citado e a data em que se sabe que este material foi utilizado, e títulos mais importantes, visando sobretudo a dar subsídios aos administradores de bibliotecas especializadas no assunto, quanto às necessidades de seus usuários. (FERREZ, 1981. p. 24)

O segundo trabalho encontrado por Ferrez foi um artigo de Jones, Chapman e Woods (1972), sobre análise de citação, dos periódicos ingleses especializados em História da Inglaterra, com o mesmo enfoque de McAnally. No Brasil, não se encontrou nenhum trabalho exclusivamente dedicado à mensuração na História (FERREZ, 1981. p. 24), mas sim uma publicação denominada *A História em questão: historiografia brasileira contemporânea*, em 1976 de José Roberto do Amaral Lapa. Este autor buscou analisar o campo de forma geral, na sua primeira parte “avalia as tendências e perspectivas da nossa historiografia atual, por meio de estudo quantitativo dos trabalhos de História do Brasil em geral, realizados ou em curso de realização e dos títulos lançados no mercado editorial, tendo em vista suas grandes linhas temáticas”. (FERREZ, 1981. p. 24).

Em sua pesquisa foram escolhidos os *Anais de História, Estudos Históricos, Revista de História* e a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, entre os anos de 1975 e 1976, utilizando a Bibliometria como metodologia. Foram levadas em conta outras leis e discussões de autores sobre a área.

A partir de uma pesquisa densa de dissertação, Ferrez (1981) publicou seus resultados como artigo na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, incluindo a discussão detalhada das informações obtidas, sendo possível chegar a conclusões pertinentes ao conhecimento do funcionamento da Ciência Histórica. Entre estes foi constatada a existência de uma concentração da comunidade analisada no Rio de Janeiro e principalmente São Paulo e mais, vinculadas à universidade; a predominância da historiografia tradicional; a participação de autores tanto “autodidatas” quanto acadêmicos, demonstrando assim a importância da Universidade para a produção historiográfica; a predominância de pesquisa sem colaboração, com publicações individuais; a baixa produtividade; o predomínio do Império como tema de estudo; a atuação de outros cientistas sociais na área como sociólogos, economistas e antropólogos; e a presença de fontes primárias - documentos produzidos no período estudado e que servem de material para a pesquisa histórica.

Sobre as escolhas de temas a serem desenvolvidos e a vinculação do historiador com a universidade, cabe explicar a existência de uma tendência natural pela opção de temas abordando a História Regional, primeiro, por haver uma valorização da cultura local e, segundo, pela limitação do historiador, dependendo diretamente da existência de

fontes primárias para dar continuidade à sua pesquisa. Já quanto à questão envolvendo a produtividade, deve ser mencionado que a capacidade produtiva de um pesquisador não está relacionada somente à “habilidade intrínseca do cientista, mas também com suas motivações para a pesquisa, o que parece ocorrer mais frequentemente no meio acadêmico. Nas Universidades a publicação de trabalhos é um item importante para a promoção e prestígio” (FERREZ, 1981. p. 53, 65)

Além desses resultados, outros também foram encontrados, como a não “predominância de nenhum tipo de documento” e a demonstração do periódico não ser o “principal veículo de comunicação formal dos historiadores”, apesar da revista especializada em História não divergir do periódico científico, ao mesmo tempo em que não se limita à publicação de novas informações ou artigos. Em relação à nacionalidade e origem do material, foi observada na produção a presença de documentos históricos de Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Estados Unidos.

Esta pesquisa possibilitou a constatação de ser a Ciência Histórica uma área que apresenta um padrão de comunicação diferenciado das outras ciências, impossibilitando “a sua generalização, pelo menos no que diz respeito à pesquisa em colaboração, produtividade de autores, número médio de referências por artigo, tipo de material bibliográfico mais utilizado, núcleo de literatura e frente de pesquisa”. A História apresentou uma peculiaridade em relação a utilização de bibliográficas, pois segunda a autora, “as referências bibliográficas exercem duplo papel, no sentido de que ora são o próprio material de estudo, ora são a literatura, que serviu de subsídio ao historiador”. Este fato é explicado pela História ter também como objeto de interesse a evolução científica inclusive a sua própria.

A utilização de fontes primárias e secundárias na produção do conhecimento histórico é peculiar. A fonte primária é um documento que apresenta elementos representativos de seu tempo, mesmo não havendo uma intenção preestabelecida de utilização futura à História, já a fonte secundária é relativa a obras intencionais produzidas a partir de um processo de análise sobre um determinado assunto.

Porém, a relação com a fonte secundária pode ser relativizada, como pode constatar Ferrez, quando observou o uso de bibliografia em dupla função. Isso se justifica pelo reconhecimento dos “processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico” e da História “*também* ser uma

prática social”. As interpretações do historiador podem ser, posteriormente, objeto de um colega de profissão de gerações posteriores, pois é constatada a visão de que “um mesmo passado muda segundo as épocas” e que o “historiador está submetido ao tempo em que vive” (LE GOFF, 2003. p. 11 e 13).

O trabalho de Ferrez (1981) representou uma pesquisa inédita para a área de História, tanto metodologicamente quanto do seu objetivo, sendo de suma importância tanto para historiografia, quanto para a Bibliometria, pois indicou como cada campo científico se comporta de forma diferente. Evidenciou a necessidade de desenvolvimento de pesquisas bibliométricas em outras áreas, assim como na própria História, já que sua pesquisa apresentou uma limitação de tempo, tendo mensurado apenas dois anos de produtividade e por ter se dedicado à análise de um canal de comunicação que demonstrou não ter expressividade na área.

Já a pesquisa desenvolvida por Brasil (1992), também em dissertação de mestrado, intitulada *Estruturas bibliométricas e fontes historiográfica no setor de História da Fundação Casa de Rui Barbosa*, de 1992, foi estudada a literatura produzida e citada por historiadores e suas trajetórias profissionais dentro dessa fundação, como o tempo de vinculação institucional e formação acadêmica. A partir dos dados foi possível mais uma vez a observar o comportamento peculiar da área de História.

Os resultados obtidos vão ao encontro da pesquisa de Ferrez, pois foi possível perceber a predominância de publicações de autorias individuais; a não expressividade dos periódicos, existindo uma dependência maior da literatura não seriada; e uma diversidade grande de tipos documentais. Brasil (1992) concluiu, ainda, a partir dos tipos de publicação e da análise de citações, que a área não apresenta um paradigma único e que o canal mais utilizado para a disseminação de trabalhos é o livro.

Estes não foram os únicos trabalhos que tiveram como objeto o estudo da produção historiográfica, afinal este é um exercício constante entre os próprios historiadores, porém, as pesquisas de Ferrez e Brasil são singulares porque se dedicaram a mensurar e observar os canais preferenciais de comunicação, possibilitando conhecer os padrões produtivos da área.

Após 20 anos da publicação da pesquisa de Ferrez e quase 10 anos da defesa de dissertação de Brasil, a História encontra-se num processo contínuo de crescimento,

com ênfase nos últimos 10 anos, no qual está levando a área a apresentar leves mudanças de seu comportamento produtivo e comunicativo. Este fenômeno é proporcionado por diversos fatores, entre eles a internacionalização da pesquisa, a expansão do número de programas de pós-graduação em História, e o aperfeiçoamento dos sistemas de controle das instituições de avaliação e de fomento.

O crescimento no qual a História vem passando não é fenômeno isolado, porém suas repercussões podem ser diferenciadas em função de suas peculiaridades. Isso pode ser observado na questão principal que hoje norteiam as diversas ciências, que é a necessidade de investimentos financeiros, diretamente proporcionais à produtividade, e por isso causam tensões, já que a História é uma área reflexiva, logo com baixa densidade produtiva, e não tem o periódico como canal comunicativo preferencial.

A atual “pressão” pela produtividade tem levado a História modificar levemente características de sua essência, não sendo possível se estimar qual será sua intensidade, no decorrer das próximas décadas. Atualmente as instituições produtoras do conhecimento científico de História no Brasil é a predominância em instituições universitárias e públicas, e a sua concentração geográfica no Sudeste, sendo esta região responsável por mais de 53% dos professores orientadores. Os Estados que mais se destacam são Rio de Janeiro e São Paulo, e os programas mais tradicionais e com maiores notas na avaliação da CAPES são da UFF, da UNICAMP e da USP.

Analisando as publicações de pesquisadores do CNPq 1, que são considerados a elite produtora nacional, entre 1985 a 2009, foi possível perceber mudanças nos canais preferenciais de comunicação da historiografia brasileira, mesmo sendo uma ciência clássica. No que se refere aos padrões comunicativos, já que em 1981 Ferrez identificou a autoria individual como uma característica da História, porém hoje já é possível observar uma abertura às produções coletivas, com dois ou três autores. A publicação de livro, que uma tradição da área, continua a ser marca de sua identidade, mas agora dividem espaço como os artigos científicos em periódicos e capítulo de livros.

O número de coletânea é cada vez mais intenso, mostrando-se como uma alternativa à pressão por publicar, indicando uma nova tendência, já que os capítulos de livro e os trabalhos em coletânea são atualmente as maiores forças produtivas dos bolsistas do CNPq. Este tipo de publicação mostra-se como a grande alternativa aos

historiadores, pois mantém a tradição do livro e ao mesmo tempo permite a acumulação de ponto nos órgãos de fomentos a diferentes historiadores.

No que se refere à participação desses pesquisadores na historiografia internacional, observa-se uma inserção de publicação em idiomas latinos, com publicações em espanhol e francês. O primeiro idioma é compreendido pela proximidade territorial e pelas relações diplomáticas e econômicas, com destaque para o Mercosul; já francês, se justifica por sua forte influência na historiografia brasileira, tanto pela tradição da França na produção historiográfica, com a Escola dos Annales, quanto pela presença de docentes franceses nos primeiros Programas de Pós-Graduação em História, no Brasil.

O inglês é idioma estrangeiro com mais publicações, o que se compreende pelo maior número de títulos de periódicos e pelos incentivos financeiros do governo americano a pesquisadores de sua nação interessados em estudar o Brasil nas décadas de 1960 e 1970, marcando assim a presença dos brasilianistas no país.

Segundo o historiador Maxwell (*apud* MARTINS, s/d), que é um estadunidense voltado a estudos sobre o Brasil, mas que rejeita o título de brasilianista, o atual interesse dos americanos se faz por suas características sociais e por sua recente democracia. Além disso, a universidade americana passa pelo processo de internacionalização, demandando intercâmbios e assim favorecendo a pesquisa voltada ao país.

Por fim, a área de História no Brasil, que é reconhecidamente consolidada enquanto área do saber, hoje se mostra em processo de transição, apontando evidências de mudanças e de permanências. Agora, além das suas próprias questões e embates historiográficos, também precisa dialogar com desafios externos, causados pela necessidade de investimentos e pela “pressão” por intensa produtividade. E, mediante as novas questões a área que vivencia, a sua resposta tem sido se adaptar e ao mesmo tempo resistir à imposição dos modelos de publicação das outras ciências.

Referências.

BRAGA, Gilda Maria. Bibliometria: teoria e prática. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 16, n. 1, p. 103-11, Jan /jun. 1987.

BRASIL, Maria Irene. Estruturas bibliométricas e fontes historiográficas do setor de História da Fundação Casa de Rui Barbosa. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

BOURDIEU, Pierre. "O Campo Científico". In: ORTYZ, Renato. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: De Gutenberg a Didot**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CANABRAVA, Alice Piffer. A Associação Nacional de Professores Universitários de História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 1 n.1 p. 1-11. mar./1981.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de Informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte. v. 12, n. 1. 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História**. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREZ, Helena Dodd. "Análise da Literatura Periódica Brasileira na área de História". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 332, p. 13-118. 1981.

GONZÁLEZ DE GOMÉZ, Maria Nélide. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. **Datagramazero: Revista de Ciência da Informação**, v.1, n. 6, dez./2000.

GORZ, André. **O imaterial**. São Paulo: Annablume, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. "Entrevista". **Revista de História**. Rio de Janeiro. Ano 5, n. 49, p. 50-55. out./ 2009.

LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S (Org). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MARTINS, Marília. "Nova Geração vê o Brasil com outros olhos". Disponível em: <www.drclas.harvard.edu/brazil/news/novageracao>. Acesso em: 08 de fev. de 2011.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio (org.). **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.

MOREIRA, Regina da Luz. Brazilianistas, Historiografia e Centros de Documentação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 3. n. 5, 1990. p. 66-74.

MOSQUERA, Juan José Mouriño. “A Universidade e a Produção do Conhecimento”. **FAMECOS**, n. 7, p. 29-33, jun./dez. 1997.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. “A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais”. **DataGramZero** – Revista da Ciência da Informação. v. 6, n. 1, fev./2005.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. Rio de Janeiro: 1997. Tese(Comunicação e Cultura) UFRJ/ECO. Orientadora: Gilda Braga. Disponível em: <http://biblioteca.ibict.br/phl8/anexos/lenavaniapinheiro_1997.pdf>

PRICE, Derek J. de Solla. **O Desenvolvimento da Ciência: Análise Histórica, Filosófica, Sociológica e Econômica**. Tradução de Simão Mathias com a colaboração de Gilda Maria Braga. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

PRITCHARD, Alan. Statistical bibliography or bibliometrics? **Journal of Documentation**. v. 25, n. 4, p. 348-349, dec./1969.

ROMANI, Jacqueline Pitangui. O Conselho Nacional de Pesquisas Científicas no Brasil. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**, Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982. p 86-105.

ZIMAN, John Michel. **Conhecimento público**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo, 1979.